



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2025.07.01.01
CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO DIRETA

1 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1.1 - A contratação será realizada nos termos do Inciso I Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 12.343/2024, enquadrando-se, como dispensa de licitação, com limite de valor.
- 1.2 - Será considerado vencedor do certame a(s) empresa(s) que apresentar o menor valor cotado.
- 1.3 - O presente caso é de Dispensa de Licitação, conforme art. 75, Inciso I, §3º, da lei n. 14.133/21, onde as contratações de que trata o I do caput do artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de **4 (quatro) dias úteis**, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

2 – DO OBJETO

- 2.1 - CONTRATAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. DE ARNEIROZ/CE

3 – DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

- 3.1 - Poderão participar desta Dispensa de Licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, regularmente estabelecidos no País, que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos.
- 3.2 - Será concedido tratamento favorecido para as pessoas jurídicas, enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.3 - Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
- 3.3.1 - Que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos;
- 3.3.2 - Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.3.3 - Que se enquadrem nas seguintes vedações:
- 3.3.3.1 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.3.3.2 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.3.3.3 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.3.3.4 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que



desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.3.3.5 - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.3.6 - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.3.7 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.3.8 - Aplica-se o disposto no item "3.3.3.3" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.3.4 - Organizações de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.4 - Poderão participar exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte regularmente estabelecidas no País, que atuem no ramo pertinente ao objeto licitado e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas no Termo de Referência em anexo.

3.4.1 - Os critérios estabelecidos no item 3.4 atendem ao tratamento diferenciado e simplificado destinado às microempresas e empresas de pequeno porte dispostos no Art. nº 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, aplicado, na oportunidade, em conformidade com o Art. 4º, da Lei 14.133/21.

4 – ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

4.1 - A empresa a ser contratada, deverá prestar os serviços, conforme descrição na planilha do projeto básico anexo I.

4.2 - Conforme exigência legal, o Fundo Municipal de Educação, a elaboração do orçamento base desta contratação utilizou como referência a Tabela SEINFRA, que é amplamente reconhecida e utilizada como parâmetro oficial para precificação de obras e serviços no âmbito da administração pública. Tal tabela já reflete valores de mercado, garantindo assim a adequação do custo aos padrões praticados, bem como a economicidade necessária à gestão dos recursos públicos, conforme.

4.3 - O valor máximo admitido para a futura contratação é **R\$ 72.459,39** (setenta e dois mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos).

4.4 - Não serão aceitos para fins de contratação, preços superiores aos valores constantes no orçamento na planilha do termo de referência/projeto básico.

5 – MANIFESTAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO NA BUSCA EM OBTER PROPOSTAS ADICIONAIS DE EVENTUAIS INTERESSADOS

5.1 - Conforme o parágrafo 3º do artigo 75 da Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), a Prefeitura do Município de Arneiroz/CE, poderá obter propostas adicionais de eventuais interessados, com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.



5.2 - A(s) proposta(s) de Preços deverá(ão) ser(em) entregue(s) no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Arneiroz/CE, na Praça Joaquim Felipe, nº 15, Bairro Centro, Cep 63.670-000, Cidade Arneiroz/CE, no horário das **08:00hs às 13:00hs**, em dias úteis ou junto ao e-mail Oficial do Setor de licitações licitacaoarneiroz@gmail.com até a data limite.

5.2.1 - A data limite para apresentação de eventuais novas propostas encerrará as **13:00hs** do dia **18 de agosto de 2025** após esse prazo, o processo estará encerrado para o recebimento de novos orçamentos, de maneira que a Prefeitura garanta o andamento do processo de contratação.

5.3 - A Proposta de preço deverá ser anexada/apresentada conforme modelo constante no **Anexo III**, na forma e no conteúdo, as exigências do Termo de Referência/Projeto Básico.

5.3.1 - As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências do Termo de Referência/Projeto Básico serão desclassificadas.

5.3.2 - Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constante no termo de referência/projeto básico. Devendo obedecer ao valor estipulado pela administração mediante pesquisas.

6 – APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 - As propostas deverão ser apresentadas em papel timbrado da firma, preenchidas em uma via datilografadas/digitadas ou impressas por qualquer processo mecânico, eletrônico ou manual, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinadas na última folha e rubricadas nas demais por pessoa legalmente habilitada.

6.2 - Os licitantes encaminharão a Garantia de Proposta de Preços com o valor correspondente a 1% (um por cento) do total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação, em caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, conforme disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, **JUNTAMENTE** com a Proposta de preço, conforme o critério de julgamento adotado nesta Contratação Direta, até a data e o horário estabelecidos conforme item 5.2 e 5.2.1.

6.2 - AS PROPOSTAS DE PREÇOS DEVERÃO, AINDA, CONTER:

6.2.1 - A razão social, local da sede e o número de inscrição no CNPJ da licitante;

6.2.2 - Assinatura do Representante Legal;

6.2.3 - Indicação do prazo de validade das propostas, não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da apresentação das mesmas;

6.2.4 - Preço total proposto, cotado em moeda nacional, de algarismos e por extenso, já consideradas, no mesmo, todas as despesas, inclusive tributos, mão-de-obra e transporte, incidentes direta ou indiretamente no objeto do termo de referência/projeto básico. Em caso de divergência entre valores unitário e total, prevalecerá o unitário, e entre os expressos em algarismos, e por extenso, prevalecerá o por extenso;

6.2.5 - Correrão por conta da proponente vencedora todos os custos que porventura deixar de explicitar em sua proposta;

6.2.6 - A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas no termo de referência/projeto básico;

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

7.1 - O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos quanto às especificações do objeto.



7.2 - Encerrada a fase de recebimento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

7.3 - No caso do preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.3.1 - Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

7.3.2 - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

7.3.3 - Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado no procedimento da Dispensa.

7.4 - Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último preço, se for o caso.

7.5 - Será desclassificada a proposta vencedora que;

7.5.1 - Contiver vícios insanáveis;

7.5.2 - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

7.5.3 - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4 - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5 - Não sendo demonstrada a exequibilidade nestes termos, o(a) Agente de Contratação desclassificará a proposta, convocando o(s) licitante(s) remanescente(s) na ordem de classificação até a apuração de proposta vencedora que atenda o requisito de exequibilidade.

7.6 - Serão consideradas inexequíveis as propostas apresentadas com valores inferiores a 75% o (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, nos termos do § 4º do art. 59 da Lei 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.7 - Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.7.1 - A garantia adicional do licitante (previamente classificado em primeiro lugar) deverá ser enviada no prazo de 02 (dois) dias úteis após convocação pelo o agente de contratação e deverá ser entregue no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Arneiroz/CE, na Praça Joaquim Felipe, nº 15, Bairro Centro, Cep 63.670-000, Cidade Arneiroz/CE, no horário das **08:00hs às 13:00hs**, em dias úteis ou junto ao e-mail Oficial do Setor de licitações licitacaoarneiroz@gmail.com até o prazo limite, se for o caso, o não atendimento a solicitação/prazo a empresa será desclassificada.

7.8 - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo de 02 (dois) dias úteis após

convocação pelo agente de contratação, desde que não haja majoração do preço, o não atendimento a solicitação/prazo a empresa será desclassificada.



7.8.1 - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.9 - A proposta final deverá ser apresentada em via única, com os preços ajustados ao menor lance, redigida em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo ser datada e assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico do proponente devidamente identificados, contendo identificação do proponente, endereço, telefone e e-mail, juntamente com a garantia adicional.

7.9.1 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal e do responsável técnico do proponente devidamente identificado.

7.10 - Prazo de validade não inferior a 60 sessenta dias contados a partir da data da sua apresentação.

7.11 - O licitante não poderá cotar proposta com quantitativo de itens divergentes dos contidos no respectivo orçamento básico.

8 – PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1 - O prazo de vigência da contratação produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e será até **31 de dezembro de 2025**.

9 – REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 - A empresa a ser contratada deverá apresentar os seguintes Documentos, os quais serão analisados quanto à sua autenticidade e ao seu prazo de validade:

9.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.2.2 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor>;

9.2.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.5 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

9.2.6 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



9.2.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações e a consolidação respectiva.

9.3 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFS) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.4 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.5 - Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.3.6 - Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.3.7 - Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.3.8 - Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1 - Certidão negativa de feitos sobre **falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade;

9.4.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro conselho competente, conforme o caso, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região da sede ou domicílio da licitante, em plena validade.

9.5.2 - Comprovação da PROPONENTE possuir como **RESPONSÁVEL TÉCNICO** ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de



Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro conselho competente, conforme o caso, detentor(es) de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO** que comprove a execução de obras/serviços de engenharia de características técnicas similares ou superiores às do objeto da presente licitação.

9.5.2.1- Comprovação da **PROPONENTE** possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, no mínimo, **01 (um) Engenheiro(a) Civil**, devidamente inscritos Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou outro conselho competente, que deverá ser comprovada através de Registro ou inscrição emitidas pelas referidas instituições.

9.5.2.2- O vínculo do responsável técnico - **Engenheiro Civil** - com a empresa, poderá ser comprovado do seguinte modo:

- a) O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro do empregado" ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- b) Comprovação da participação societária, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social;
- c) Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;
- d) Será admitida declaração de compromisso de vinculação contratual futura com o detentor da atestação apresentada, para o caso de o licitante se sagrar vencedor, desde que acompanhada da anuência do profissional (Acórdão TCU N° 1447/2015-Plenário).

9.6 - OUTRAS EXIGÊNCIAS

9.6.1 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;

9.6.2 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;

9.6.3 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;

9.6.4 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;



9.7 - Caso a empresa participante integre grupo econômico, os documentos de habilitação deverão ser apresentados em seu próprio nome. Não será aceita documentação referente à outra empresa, ainda que integrante do mesmo grupo econômico.

9.8 - Os Documentos que não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da contratação ou, se emitidos por prazo indeterminado, conforme legislação do órgão expedidor.

9.8.1 - Ficam excluídos da validade de 90 (noventa) dias os atestados técnicos e comprovações de inscrições.

9.9 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.9.1 Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica, emitido via internet no sítio do <https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br>

9.9.2 - Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por não atendimento à condição de participação.

9.10 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Dispensa de Licitação e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.11 - É facultada à Administração em qualquer fase deste procedimento, caso considere necessário, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução processual.

9.12 - Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa de Licitação.

9.12.1 - Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

9.13 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9.14 - A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Prefeitura Municipal de Arneiroz/CE será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até **dois dias úteis após a convocação**.

10 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O procedimento será divulgado no Site Oficial da Prefeitura Municipal de Arneiroz/CE <https://www.arneiroz.ce.gov.br/> e no Portal Nacional das Contratações Públicas - PNCP.

10.2 - No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a administração poderá:

10.2.1 - Republicar o presente Aviso de Dispensa de Licitação com uma nova data;

10.2.2 - Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde



que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.3 - Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3 - As providências dos subitens 10.2.1 e 10.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.4 - Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste neste Aviso de Dispensa de Licitação, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5 - No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6 - As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.7 - Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.8 - Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso haja, em favor do órgão ou entidade promotora, conforme estabelecido no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9 - Poderá a Fundo Municipal de Educação revogar o presente Processo Administrativo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.10 - A Fundo Municipal de Educação deverá anular o presente Processo Administrativo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

10.11 - A anulação do Processo Administrativo, não gera direito à indenização.

10.12 - Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Dispensa de Licitação e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.13 - Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, nos termos da legislação pertinente.

10.14 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Aviso de Dispensa de Licitação será o da Comarca de Arneiroz/CE.

11 – ANEXOS

11.1 - Anexo I – Projeto Básico;

11.2 - Anexo II – Termo de Referência;

11.3 - Anexo III – Modelo de Proposta de Preços;

11.4 - Anexo IV – Modelo de Declaração;

11.5 - Anexo V – Modelo da Minuta do Contrato.



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



Arneiroz/CE, 12 de agosto de 2025

Francisco Wallacy Pedroza de Sousa
Agente de Contratação



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA			
OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA: 24/06/2025	BDI: 16,79%
DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	FONTE	VERSÃO
LOCAL:	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE	CAEMA	2019/12
CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO
		DER-MG	2022/04 COM DESONERAÇÃO
		NOVACAP	2018/11 COM DESONERAÇÃO
		SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO
		SICRO 2	2015/11 COM DESONERAÇÃO
		SICRO NOVO	2025/04 COM DESONERAÇÃO
		SINAPI	2025/05 COM DESONERAÇÃO
		SMOP EDIF	2019/07 COM DESONERAÇÃO
		SMOP ILUM	2019/07 COM DESONERAÇÃO
		SMOP INFRA	2019/07 COM DESONERAÇÃO
		PRÓPRIA	PRÓPRIA
			HORA
			MES
			116,80%
			93,60%
			-
			-
			84,44%
			47,49%
			86,74%
			-
			92,17%
			53,50%
			87,59%
			49,54%
			86,12%
			48,67%
			89,12%
			49,67%
			0,00%
			0,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UND	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$	PREÇO TOTAL R\$
1		FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO					R\$ 62.042,46
1.1	00032709	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	SINAPI	H	180,00	R\$ 112,70	R\$ 20.286,00
1.2	01.01.04	Administração e controle - (vista técnica engenheiro)	DEOSP	mês	6,00	R\$ 1.824,81	R\$ 10.849,48
1.3	101390	AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MES	6,00	R\$ 5.134,50	R\$ 30.807,00
VALOR BDI TOTAL:							R\$ 10.416,83
VALOR ORÇAMENTO:							R\$ 62.042,49
VALOR TOTAL:							R\$ 72.459,39
SETENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS							



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - CUSTO DIRETO

	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA:	24/06/2025	BDI:	16,79%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	FONTE:	VERBA	ANEXO	PARC.
	LOCAL:	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE	CASIA	201810	116,65%	-
	CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO	53,90%	-
			DERVAC	203204 COM DESONERAÇÃO	-	-
			NOVACAP	201911 COM DESONERAÇÃO	-	-
			SENTRA	036.1 COM DESONERAÇÃO	84,41%	47,49%
			SIORO 2	201811 COM DESONERAÇÃO	66,74%	-
			SIORO HOVO	202504 COM DESONERAÇÃO	-	-
			SINAPI	202505 COM DESONERAÇÃO	62,17%	53,80%
			SIOP CDE	201807 COM DESONERAÇÃO	87,59%	48,87%
			SIOP N.1.B.1	201807 COM DESONERAÇÃO	55,12%	45,67%
			SIOP INHA	201807 COM DESONERAÇÃO	86,10%	48,67%
			PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNIDADE	QTD	CUSTO DIRETO (R\$)				PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
						MÃO DE OBRA	MATERIAL	EQUIPAMENTO	OUTROS		
1		FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO									R\$ 12.042,45
1.1	0900/706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRAS JUNIOR (HORISTA)	SINAPI	H	160,00	R\$ 112,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 112,70	R\$ 20.236,00
1.2	01.01.24	Administração e controle - (Não há Manual específico)	DEOSP	mês	6,00	R\$ 1.824,91	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.824,91	R\$ 10.942,46
1.3	101.880	AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	MES	6,00	R\$ 4.700,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 434,32	R\$ 5.134,50	R\$ 31.907,00
										VALOR DOS TOTALS	R\$ 18.418,97
										VALOR ORÇAMENTAL	R\$ 12.042,45
										VALOR TOTAL	R\$ 22.461,42



RESUMO DO ORÇAMENTO																																																							
	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA : 24/08/2025																																																				
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	BDI : 16,79%																																																				
	LOCAL:	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE																																																					
	CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO																																																					
			<table border="1"> <thead> <tr> <th>FONTES</th> <th>VERSÃO</th> <th>HORA</th> <th>MES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CABEA</td> <td>201912</td> <td>115,68%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>DEOSP</td> <td>2014 COM DESONERAÇÃO</td> <td>93,90%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>DER-MG</td> <td>2022/04 COM DESONERAÇÃO</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>NOVACAP</td> <td>2019/11 COM DESONERAÇÃO</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>SEINFRA</td> <td>028.1 COM DESONERAÇÃO</td> <td>64,44%</td> <td>47,48%</td> </tr> <tr> <td>SICRO 2</td> <td>2016/11 COM DESONERAÇÃO</td> <td>66,74%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>SICRO NGVO</td> <td>2026/04 COM DESONERAÇÃO</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>SINAPI</td> <td>2025/05 COM DESONERAÇÃO</td> <td>92,17%</td> <td>53,50%</td> </tr> <tr> <td>SMOP EDIF</td> <td>2016/07 COM DESONERAÇÃO</td> <td>87,59%</td> <td>48,84%</td> </tr> <tr> <td>SMOP ILUM</td> <td>2019/07 COM DESONERAÇÃO</td> <td>86,12%</td> <td>48,87%</td> </tr> <tr> <td>SMOP INFRA</td> <td>2019/07 COM DESONERAÇÃO</td> <td>85,12%</td> <td>48,87%</td> </tr> <tr> <td>PRÓPRIA</td> <td>PRÓPRIA</td> <td>0,00%</td> <td>0,00%</td> </tr> </tbody> </table>	FONTES	VERSÃO	HORA	MES	CABEA	201912	115,68%	-	DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO	93,90%	-	DER-MG	2022/04 COM DESONERAÇÃO	-	-	NOVACAP	2019/11 COM DESONERAÇÃO	-	-	SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	64,44%	47,48%	SICRO 2	2016/11 COM DESONERAÇÃO	66,74%	-	SICRO NGVO	2026/04 COM DESONERAÇÃO	-	-	SINAPI	2025/05 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%	SMOP EDIF	2016/07 COM DESONERAÇÃO	87,59%	48,84%	SMOP ILUM	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	48,87%	SMOP INFRA	2019/07 COM DESONERAÇÃO	85,12%	48,87%	PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%
FONTES	VERSÃO	HORA	MES																																																				
CABEA	201912	115,68%	-																																																				
DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO	93,90%	-																																																				
DER-MG	2022/04 COM DESONERAÇÃO	-	-																																																				
NOVACAP	2019/11 COM DESONERAÇÃO	-	-																																																				
SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	64,44%	47,48%																																																				
SICRO 2	2016/11 COM DESONERAÇÃO	66,74%	-																																																				
SICRO NGVO	2026/04 COM DESONERAÇÃO	-	-																																																				
SINAPI	2025/05 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%																																																				
SMOP EDIF	2016/07 COM DESONERAÇÃO	87,59%	48,84%																																																				
SMOP ILUM	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	48,87%																																																				
SMOP INFRA	2019/07 COM DESONERAÇÃO	85,12%	48,87%																																																				
PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%																																																				
1	FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO		R\$ 62.842,46	100,00																																																			
2	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)		R\$ 10.416,93	0,00																																																			
			VALOR BDI TOTAL:	R\$ 10.416,93																																																			
			VALOR ORÇAMENTO:	R\$ 62.842,46																																																			
			VALOR TOTAL:	R\$ 72.459,39																																																			

SETENTA E DOIS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E TRINTA E NOVE CENTAVOS

RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES DE CUSTOS			DATA: 24/06/2025		RDI: 18,79%	
OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	VERBA:	CAEMA	2019/12	UNIDADE:	MES
DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DEOSP:	2014 COM DESONERAÇÃO		PREÇO UNITÁRIO:	16,85%
LOCAL:	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE	DER-MG:	2022/04 COM DESONERAÇÃO		TOTAL:	53,99%
CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	NOVACAP:	2019/11 COM DESONERAÇÃO		SEINFRA:	028.1 COM DESONERAÇÃO 84,24% 47,48%
		SICRO 2:	2010/11 COM DESONERAÇÃO		SICRO NOVO:	2025/04 COM DESONERAÇÃO 86,74%
		SINAPI:	2025/05 COM DESONERAÇÃO		SMOP EDIF.:	2019/07 COM DESONERAÇÃO 92,17% 53,39%
		SMOP ILUM.:	2019/07 COM DESONERAÇÃO		SMOP INFRA.:	2019/07 COM DESONERAÇÃO 87,55% 40,84%
		PRÓPRIA:	PRÓPRIA			66,12% 48,87%
						55,12% 48,67%
						0,00% 0,00%



1.1. 00002706 ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA) (H)

Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00002706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	SINAPI	H	1,00000000	R\$ 112,70
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 112,70
VALOR:					R\$ 112,70

1.2. 01.01.04 Administração e controle - (visita técnica engentelro) (mês)

Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
U01005	Almoxarife	DEOSP	h	0,00000000	R\$ 10,38
U01007	Chefe departamento pessoal	DEOSP	h	0,00000000	R\$ 10,28
U01002	Encarregado geral	DEOSP	h	0,00000000	R\$ 15,38
U01001	Engenheiro residente	DEOSP	h	44,00000000	R\$ 41,48
U01003	Escriturario	DEOSP	h	0,00000000	R\$ 6,52
U01006	Vigia	DEOSP	h	0,00000000	R\$ 8,62
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 1.824,91
VALOR:					R\$ 1.824,91

1.3. 101390 AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES (MES)

Encargos Complementares	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00043498	EPI - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	MES	1,00000000	R\$ 146,00
00040963	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	MES	1,00000000	R\$ 270,51
00043474	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	MES	1,00000000	R\$ 2,35
00040884	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	MES	1,00000000	R\$ 15,46
TOTAL Encargos Complementares:					R\$ 454,32
Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00040931	AUXILIAR TECNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA (MENSALISTA)	SINAPI	MES	1,00000000	R\$ 4.670,54
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 4.670,54
Serviço	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
101302	CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA	SINAPI	MES	1,00000000	R\$ 29,24
TOTAL Serviço:					R\$ 29,24
VALOR:					R\$ 5.134,50



RELATÓRIO ANALÍTICO - COMPOSIÇÕES AUXILIARES																																																						
	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA : 24/06/2025 BDI : 16,79%																																																			
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	<table border="1"> <thead> <tr> <th>FONTE</th> <th>VERSÃO</th> <th>HORA</th> <th>MES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>CAEMA</td> <td>2016/12</td> <td>116,60%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>DEOSP</td> <td>2014 COM DESONERAÇÃO</td> <td>93,90%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>DER-AG</td> <td>2022/04 COM DESONERAÇÃO</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>NOVACAP</td> <td>2018/11 COM DESONERAÇÃO</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>SEINFRA</td> <td>028 1 COM DESONERAÇÃO</td> <td>84,44%</td> <td>47,40%</td> </tr> <tr> <td>SICRO 2</td> <td>2018/11 COM DESONERAÇÃO</td> <td>86,74%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>SICRO NOVO</td> <td>2025/04 COM DESONERAÇÃO</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>SINAPI</td> <td>2024/05 COM DESONERAÇÃO</td> <td>92,17%</td> <td>53,50%</td> </tr> <tr> <td>SMOP EDIF</td> <td>2019/07 COM DESONERAÇÃO</td> <td>87,59%</td> <td>49,84%</td> </tr> <tr> <td>SMOP ILUM</td> <td>2019/07 COM DESONERAÇÃO</td> <td>86,12%</td> <td>48,67%</td> </tr> <tr> <td>SMOP INFRA</td> <td>2019/07 COM DESONERAÇÃO</td> <td>86,12%</td> <td>48,67%</td> </tr> <tr> <td>PRÓPRIA</td> <td>PRÓPRIA</td> <td>0,00%</td> <td>0,00%</td> </tr> </tbody> </table>	FONTE	VERSÃO	HORA	MES	CAEMA	2016/12	116,60%	-	DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO	93,90%	-	DER-AG	2022/04 COM DESONERAÇÃO	-	-	NOVACAP	2018/11 COM DESONERAÇÃO	-	-	SEINFRA	028 1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,40%	SICRO 2	2018/11 COM DESONERAÇÃO	86,74%	-	SICRO NOVO	2025/04 COM DESONERAÇÃO	-	-	SINAPI	2024/05 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%	SMOP EDIF	2019/07 COM DESONERAÇÃO	87,59%	49,84%	SMOP ILUM	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	48,67%	SMOP INFRA	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	48,67%	PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%
FONTE	VERSÃO	HORA	MES																																																			
CAEMA	2016/12	116,60%	-																																																			
DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO	93,90%	-																																																			
DER-AG	2022/04 COM DESONERAÇÃO	-	-																																																			
NOVACAP	2018/11 COM DESONERAÇÃO	-	-																																																			
SEINFRA	028 1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,40%																																																			
SICRO 2	2018/11 COM DESONERAÇÃO	86,74%	-																																																			
SICRO NOVO	2025/04 COM DESONERAÇÃO	-	-																																																			
SINAPI	2024/05 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%																																																			
SMOP EDIF	2019/07 COM DESONERAÇÃO	87,59%	49,84%																																																			
SMOP ILUM	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	48,67%																																																			
SMOP INFRA	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	48,67%																																																			
PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%																																																			
LOCAL:	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE																																																					
CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO																																																					

101302 CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA AUXILIAR TÉCNICO DE ENGENHARIA (ENCARGOS COMPLEMENTARES) - MENSALISTA (MES)

Mão de Obra	FONTE	UND	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
00040931	AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA (MENSALISTA)	SINAPI	MES	0,00926000	R\$ 4.670,84
TOTAL Mão de Obra:					R\$ 29,24
VALOR:					R\$ 29,24



ORÇAMENTO - CURVA ABC DE SERVIÇOS											
	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO					DATA:	24/06/2028		BDI:	16,79%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO					RENTES:	VERSAO:	HORA:		
	LOCAL:	MUNICIPIO DE ARNEIROZ - CE					Q/EMA:	201812		118,88%	
	CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					DEOSP:	2014 COM DESONERACAO		93,90%	
						DEIRAG:	2022/04 COM DESONERACAO		-		
						NOVACAP:	09/11/11 COM DESONERACAO		-		
						SEINFRA:	028.1 COM DESONERACAO		84,41% 47,48%		
						IBRO 2:	2018/11 COM DESONERACAO		86,74%		
						SICRO NVOO:	2022/04 COM DESONERACAO		-		
						SINAPI:	2022/08 COM DESONERACAO		82,17% 33,33%		
						AMOP EDIF:	2019/07 COM DESONERACAO		87,38% 49,81%		
						AMOP ILUM:	2018/07 COM DESONERACAO		96,12% 48,67%		
						AMOP INFRA:	2019/07 COM DESONERACAO		88,10% 48,67%		
						PRCPRA:	PRCPRA		0,00% 0,00%		
CODIGO	DESCRICAO	FONTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PRECO UNITARIO	PRECO TOTAL	%	ACUMULADO	CLASSE	
101.560	AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	Mão de Obra com Encargos Complementares	ME3	9,00	R\$ 5.134,50	R\$ 30.807,00	48,66	45,96	A	
00002706	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	SINAPI	Mão de Obra	H	160,00	R\$ 112,70	R\$ 20.236,00	32,70	82,26	C	
01.01.04	Administração e controle - (Ata técnica engenheiro)	DEOSP	Serviço	mes	6,00	R\$ 1.824,91	R\$ 10.949,46	17,66	100,00	C	
Subtotal até 100,00%									R\$ 62.042,46		
Outros:									R\$ 0,00		
Valor total do Orçamento:									R\$ 62.042,46		



ORÇAMENTO - CURVA ABC DE INSUMOS

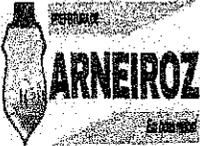
	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA:	24/06/2025	BDI:	16,79%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	FORNTE:	VENISSO	REDEMA:	MES
	LOCAL:	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE	CODMA:	201812		118,89%
	CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	DEOSP:	2014 COM DESONERAÇÃO	93,90%	-
			DETRABO:	2022/04 COM DESONERAÇÃO	-	-
			NOVACAP:	2018/11 COM DESONERAÇÃO	-	-
			SEINFRA:	026-1 COM DESONERAÇÃO	66,62%	47,48%
			SICRO 2:	2018/11 COM DESONERAÇÃO	86,71%	-
			SCORE NOVO:	2025/04 COM DESONERAÇÃO	-	-
			SINAPI:	2023/03 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,30%
			SINAP EDIF:	2016/07 COM DESONERAÇÃO	97,50%	49,24%
			SINAP ALIA:	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	46,87%
			SAOP INFRA:	2016/07 COM DESONERAÇÃO	94,17%	49,67%
			PRCPRIA:	PRCPRIA	0,00%	0,00%

CODIGO	DESCRIÇÃO	FORNTE	TIPO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	%	ACUMULADO	CL.
0004031	AUXILIAR TÉCNICO / ASSISTENTE DE ENGENHARIA (MENSALISTA)	SINAPI	Mão de Obra	MES	9,04	R\$ 4.670,84	R\$ 28.201,05	46,48	46,48	A
0003776	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	SINAPI	Mão de Obra	H	160,00	R\$ 112,70	R\$ 20.232,00	32,70	79,18	B
U01001	Engenheiro residente	DEOSP	Mão de Obra	h	284,00	R\$ 41,49	R\$ 10.650,72	17,05	96,23	C
0004063	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CADA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	Encargos Complementares	MES	6,00	R\$ 270,51	R\$ 1.623,06	2,57	98,82	C
0004366	EPL - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos Complementares	MES	6,00	R\$ 148,00	R\$ 879,00	1,41	99,83	C
0004064	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	SINAPI	Encargos Complementares	MES	6,00	R\$ 16,46	R\$ 92,78	0,16	99,98	C
0004347	FERRAMENTAS - FAMILIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	SINAPI	Encargos Complementares	MES	6,00	R\$ 2,35	R\$ 14,10	0,02	100,00	C
U01002	Exatidão geral	DEOSP	Mão de Obra	h	0,00	R\$ 15,38	R\$ 0,00	0,00	100,00	C
U01005	Almoxarifé	DEOSP	Mão de Obra	h	0,00	R\$ 10,33	R\$ 0,00	0,00	100,00	C
U01003	Escritório	DEOSP	Mão de Obra	h	0,00	R\$ 6,02	R\$ 0,00	0,00	100,00	C
U01006	Vigia	DEOSP	Mão de Obra	h	0,00	R\$ 8,82	R\$ 0,00	0,00	100,00	C
U01007	Café de departamento pessoal	DEOSP	Mão de Obra	h	0,00	R\$ 10,26	R\$ 0,00	0,00	100,00	C

Subtotal até 100,00% R\$ 62.043,72
Outros: -R\$ 1,25
Valor total do Orçamento: R\$ 62.042,46



CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA : 24/08/2025		BDI : 16,79%	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	FORTE	VERSÃO	HORA	MES
	LOCAL:	MUNICIPIO DE ARNEIROZ - CE	CAEMA	2019/12	116,88%	-
	CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO	93,90%	-
			DER-MG	2022/04 COM DESONERAÇÃO	-	-
			NOVACAP	2019/11 COM DESONERAÇÃO	-	-
			SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO	84,44%	47,48%
			SICRO 2	2018/11 COM DESONERAÇÃO	85,74%	-
			SICRO NOVO	2025/04 COM DESONERAÇÃO	-	-
			SINAPI	2025/05 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%
			SMOP EDIF	2019/07 COM DESONERAÇÃO	87,69%	49,84%
			SMOP ILUM	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	49,67%
			SMOP INFRA	2019/07 COM DESONERAÇÃO	86,12%	45,67%
			PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	Total parcela
1	FISCALIZAÇÃO E APOIO TÉCNICO	R\$ 62.042,46	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,68%	100,00%
			R\$ 10.342,46	R\$ 10.330,08	R\$ 62.042,46				
2	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	R\$ 10.416,93	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	16,67%	100,00%
			R\$ 1.736,43	R\$ 1.734,78	R\$ 10.416,93				
		R\$ 72.459,39	R\$ 12.078,91	R\$ 12.064,84	R\$ 72.459,39				
			R\$ 12.078,91	R\$ 24.157,82	R\$ 36.236,73	R\$ 48.315,64	R\$ 60.394,55	R\$ 72.459,39	



CRONOGRAMA FÍSICO DE INSUMOS

	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA:	24/06/2025	BDI:	16,78%
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	FONTE:	VERSO	HORA:	MES
	LOCAL:	MUNICÍPIO DE ARNEIROZ - CE	CAIXA:	201812	116,64%	-
	CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	DEOP:	2014 COM DESONERAÇÃO	93,90%	-
			DER-MG:	20204 COM DESONERAÇÃO	-	-
			NOVACAP:	201811 COM DESONERAÇÃO	-	-
			RFBFRA:	028.1 COM DESONERAÇÃO	54,44%	47,48%
			SGRO 2:	201811 COM DESONERAÇÃO	60,74%	-
			SGRO NOVO:	202064 COM DESONERAÇÃO	-	-
			SNAPI:	202066 COM DESONERAÇÃO	92,17%	53,50%
			SNOP EDIF:	201807 COM DESONERAÇÃO	37,29%	48,34%
			SNOP ALUM:	201807 COM DESONERAÇÃO	88,12%	48,87%
			SNOP INFRA:	201807 COM DESONERAÇÃO	88,12%	48,87%
			PRÓPRIA:	PRÓPRIA	0,00%	0,00%

CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD. MÊS 1	QTD. MÊS 2	QTD. MÊS 3	QTD. MÊS 4	QTD. MÊS 5	QTD. MÊS 6	TOTAL
0002705	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR (HORISTA)	H	30,00800000	30,00800000	30,00800000	30,00800000	30,00800000	30,00800000	180,00800000
0004083	EXAMES - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	MES	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	0,89900000	6,00000000
0004084	SEGURO - MENSALISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	MES	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	0,89900000	6,00000000
0004091	AUXILIAR TÉCNICO (ASSISTENTE DE ENGENHARIA (MENSALISTA)	MES	1,00946125	1,00946125	1,00946125	1,00946125	1,00946125	1,00525374	6,02760000
0004374	FERRAMENTAS - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	0,89900000	6,00000000
0004348	EPI - FAMÍLIA ENGENHEIRO CIVIL - MENSALISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	MES	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	1,00020000	0,89900000	6,00000000
U01001	Engenheiro residente	h	44,00800000	44,00800000	44,00800000	44,00800000	44,00800000	43,95500000	204,00800000

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS

	OBRA:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	DATA:	24/06/2025	
	DESCRIÇÃO:	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	FORNTE:	VERSAO	
	LOCAL:	MUNICIPIO DE ARNEIROZ - CE	CAEMA	2019/12	
	CLIENTE:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	DEOSP	2014 COM DESONERAÇÃO 16,68%	
			DER-MG	2022/04 COM DESONERAÇÃO 33,80%	
			NOVACAP	2019/11 COM DESONERAÇÃO	
			SEINFRA	028.1 COM DESONERAÇÃO 24,44%	
			SICRO 2	2016/11 COM DESONERAÇÃO 20,74%	
			SICRO NOVO	2025/04 COM DESONERAÇÃO	
			SINAPI	2025/05 COM DESONERAÇÃO 20,17%	53,50%
			SMOP EDIF	2018/07 COM DESONERAÇÃO 27,53%	76,03%
			SMOP ILUM	2019/07 COM DESONERAÇÃO 26,12%	48,67%
			SMOP INFRA	2019/07 COM DESONERAÇÃO 26,12%	48,67%
			PRÓPRIA	PRÓPRIA	0,00%

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	0,00	0,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	TOTAL	16,80	16,80

B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,07	0,00
B2	Feridos	4,84	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,93	0,59
B4	13º Salário	11,20	8,33
B5	Licença PaternidadeE	0,09	0,06
B6	Faltas Justificadas	0,75	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,65	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,13	0,09
B9	Férias Gozadas	13,12	9,77
B10	Salário Maternidade	0,03	0,02
	TOTAL	50,81	19,52

C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	8,57	6,38
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,46	0,34
C3	Férias Indenizadas	1,92	1,43
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,32	3,96
C5	Indenização Adicional	0,72	0,54
	TOTAL	16,99	12,65

D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	8,54	3,28
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,76	0,57
	TOTAL	9,30	3,85

A + B + C + D = 93,90 52,82

COD	DESCRIÇÃO	HORISTA %	MENSALISTA %
A	GRUPO A		
A1	INSS	5,00	5,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
	TOTAL	21,80	21,80

B	GRUPO B		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,86	0,00
B2	Feridos	3,71	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,86	0,65

B4	13º Salário	11,07	8,38
B5	Licença Paternidade	0,07	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,74	0,55
B7	Dias de Chuvas	1,64	0,09
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,10	0,07
B9	Férias Gozadas	12,98	9,77
B10	Salário Maternidade	0,03	0,03
TOTAL		49,08	

C	GRUPO C		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,54	4,17
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13	0,10
C3	Férias Indenizadas	1,81	1,36
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,75	2,07
C5	Indenização Adicional	0,47	0,35
TOTAL		10,70	8,05

D	GRUPO D		
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	10,14	3,83
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,47	0,36
TOTAL		10,61	4,19

A + B + C + D = 92,17 53,50





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-CE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº CE2025167710

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará



1. Responsável Técnico
FRANCISCA KAIANE ALVES PEREIRA
Título profissional: ENGENHEIRA CIVIL

RNP: 0621933511
Registro: 370038CE

2. Dados do Contrato
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ
PRAÇA JOAQUIM FELIPE
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: ARNEIROZ UF: CE CEP: 63647000

CPF/CNPJ: 06.748.297/0001-54
Nº: 15

Contrato: Não especificado Celebrado em: 17/01/2025
Valor: R\$ 1.598,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público
Ação Institucional: NENHUMA - NÃO OPTANTE

3. Dados da Obra/Serviço
PRAÇA JOAQUIM FELIPE Nº: 15
Complemento: Bairro: CENTRO
Cidade: ARNEIROZ UF: CE CEP: 63670000
Data de Início: 28/06/2025 Previsão de término: 31/12/2025 Coordenadas Geográficas: -6.322753, -40.161168
Finalidade: Código: Não Especificado
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ CPF/CNPJ: 06.748.297/0001-54

4. Atividade Técnica

14 - Elaboração	Quantidade	Unidade
35 - Elaboração de orçamento > CONSTRUÇÃO CIVIL > EDIFICAÇÕES > DE EDIFICAÇÃO > #1.1.1.5 - EM OUTROS MATERIAIS	1,00	un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

6. Declarações
- Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe
NENHUMA - NÃO OPTANTE

8. Assinaturas
Declaro serem verdadeiras as informações acima
Local de data de
Francisca Kaiane Alves Pereira
FRANCISCA KAIANE ALVES PEREIRA - CPF: 056.486.943-00
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ - CNPJ: 06.748.297/0001-54

9. Informações
* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor
Valor da ART: R\$ 103,03 Registrada em: 07/07/2025 Valor pago: R\$ 103,03 Nosso Número: 8218055984

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ce.sitac.com.br/publico/>, com a chave: zZCyd
Impresso em: 07/07/2025 às 11:06:52 por: ws.appcreace.lbrlrmvkr, ip: 177.25.120.231





ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP.25.06.23.EB2-02 - DATA: 23/06/2025	
Categoria:	SERVIÇOS DE ENGENHARIA
Órgão(s) vinculado(s)	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

1. PROBLEMA RESUMIDO

Problema de garantir a qualidade e segurança das obras e serviços realizados pelo Fundo Municipal de Educação, tornando essencial a contratação de uma empresa de engenharia para fiscalização e acompanhamento dos projetos.

2. CLASSIFICAÇÃO DA PRETENZA CONTRATAÇÃO

O objeto de contratação pública descrito refere-se a serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação, enquadrando-se na categoria de serviços técnicos especializados, de acordo com a Lei 14.133 de licitações. Este tipo de serviço requer profissionais qualificados e especializados para garantir a qualidade e segurança das obras e projetos realizados.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A contratação dos serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação se faz necessária para garantir a qualidade e segurança das obras e serviços realizados nas escolas municipais. A lei 14.133 de licitações exige a contratação de profissionais qualificados para garantir a transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

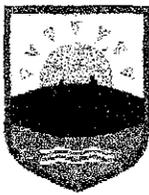
Informamos que o objeto de contratação pública referente à prestação de serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação ainda não está previsto no plano de contratação anual, em conformidade com a nova Lei de Licitação 14.133.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

1. Capacidade técnica e operacional da empresa para a prestação dos serviços de engenharia e fiscalização, comprovada por meio de atestados de capacidade técnica e experiência na área.
2. Regularidade fiscal e trabalhista da empresa, com a apresentação de certidões negativas de débitos junto aos órgãos competentes.
3. Apresentação de um plano de trabalho detalhado, contendo as atividades a serem desenvolvidas, cronograma de execução e equipe técnica responsável.
4. Comprovação da qualificação técnica dos profissionais que serão designados para a execução dos serviços, por meio de currículos e registros profissionais.
5. Apresentação de proposta financeira detalhada, contendo os valores dos serviços a serem prestados, forma de pagamento e critérios de reajuste.
6. Cumprimento das exigências legais previstas na Lei 14.133, como a realização de licitação pública, a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade administrativa e igualdade, entre outros.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado para o contrato de prestação de serviços da engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação deve ser realizado de forma criteriosa, em conformidade com a Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil. Nesse processo, é fundamental identificar e analisar os potenciais fornecedores do serviço, levando em consideração sua capacidade técnica, experiência, capacidade financeira e cumprimento de obrigações trabalhistas e fiscais.



Além disso, é importante realizar uma pesquisa de preços e condições de mercado, a fim de garantir a obtenção da melhor proposta para a administração pública. É essencial que o levantamento de mercado seja transparente, imparcial e documentado, de forma a assegurar a lisura e a competitividade do processo licitatório, visando sempre a contratação do serviço que melhor atenda às necessidades do Fundo Municipal de Educação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução para o objeto de contratação pública consiste na contratação de uma empresa especializada em engenharia e fiscalização para atuar junto ao Fundo Municipal de Educação. A empresa será responsável por realizar a supervisão e acompanhamento de obras, garantindo a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos. Além disso, irá elaborar relatórios técnicos, realizar vistorias e emitir pareceres técnicos para garantir a segurança e a eficiência das obras. Todo o processo de contratação seguirá os trâmites da Lei 14.133 de licitações públicas do Brasil, garantindo transparência e lisura no processo de contratação.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO	MÊS	1
---	-----	---

8.2. ITENS, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS

Descrição	Unid.	Quant	Valor Unit. R\$	Valor total R\$
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO.	MÊS	1	72.459,39	72.459,39

Considerando o(a) e o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o método aplicado para a definição do valor estimado, baseou-se em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a vantajosidade e viabilidade econômica da opção;

Portanto, a estimativa preliminar para o atendimento da pretensa demanda é de **R\$ 72.459,39 (setenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, dessa forma, tomando-se como parâmetro as pesquisas de preços realizadas.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

O objeto de contratação pública referente aos serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação não pode ser entregue de forma fracionada, devendo ser disponibilizado de forma integral e imediata após a contratação. A prestação desses serviços é de extrema importância para garantir a qualidade e segurança das obras e projetos educacionais, sendo fundamental que sejam realizados de maneira completa e sem interrupções.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

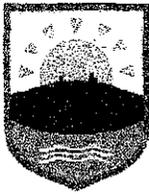
O processo de contratação para os serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação segue as etapas previstas na Lei 14.133 de licitações públicas. Inicialmente, é realizado o alinhamento entre as partes, seguido pela formalização da demanda através do Documento de Formalização da Demanda (DFD). Em seguida, é feita a cotação dos serviços e elaborado o Estudo Técnico Preliminar (ETP) para garantir a qualidade e eficiência na execução do contrato. Todo o planejamento é essencial para garantir a transparência e eficácia na contratação dos serviços.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação visa garantir a qualidade e segurança das obras e projetos realizados na área da educação. Com a aplicação da Lei 14.133 de licitações, espera-se que o processo de contratação seja transparente, competitivo e eficiente, garantindo a seleção da empresa mais qualificada para executar os serviços necessários.

Além disso, a contratação desses serviços tem como objetivo garantir a correta aplicação dos recursos públicos destinados à educação, evitando desperdícios e garantindo a execução dentro dos prazos estabelecidos. A fiscalização adequada também contribui para a prevenção de possíveis irregularidades e garantia da qualidade das obras realizadas, proporcionando um ambiente educacional adequado para os alunos e profissionais da educação.

Dessa forma, a contratação de serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação contribui para o desenvolvimento e melhoria da infraestrutura educacional, promovendo um ambiente propício para o aprendizado e crescimento dos estudantes, além de garantir a transparência e eficiência na aplicação dos recursos



públicos.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

O contrato de prestação de serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação pode gerar impactos ambientais significativos, principalmente durante a execução de obras e reformas em escolas. A movimentação de terra, o uso de materiais de construção e a geração de resíduos podem causar danos ao meio ambiente, como a degradação do solo, a poluição da água e do ar, e a perda de biodiversidade.

Além disso, a emissão de gases de efeito estufa provenientes do transporte de materiais e equipamentos, bem como o consumo de energia durante a execução das obras, contribuem para o aquecimento global e as mudanças climáticas. É fundamental que as empresas contratadas adotem práticas sustentáveis, como a utilização de materiais reciclados, a gestão adequada dos resíduos e a redução do consumo de recursos naturais.

Uma solução para minimizar os impactos ambientais gerados pelo objeto desta contratação é a implementação de um plano de gestão ambiental, que inclua medidas de mitigação, compensação e monitoramento dos impactos ao longo de todo o processo. Além disso, a realização de auditorias ambientais periódicas e a promoção da conscientização ambiental entre os envolvidos são essenciais para garantir a sustentabilidade das atividades realizadas.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O objeto em questão não é correlato e nem interdependente. A compreensão da relação entre objetos é essencial para análises precisas.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

1. Realizar um levantamento detalhado das necessidades e especificações técnicas do serviço a ser prestado, de forma a garantir que o contrato atenda às demandas do Fundo Municipal de Educação.
2. Elaborar um termo de referência que estabeleça os critérios de qualidade, prazos, formas de pagamento e demais condições necessárias para a execução do contrato.
3. Realizar uma pesquisa de mercado para identificar empresas especializadas em engenharia e fiscalização que possam atender às exigências do Fundo Municipal de Educação.
4. Promover a capacitação dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, garantindo que estejam aptos a acompanhar e avaliar a execução dos serviços.
5. Realizar uma análise minuciosa da documentação das empresas concorrentes, verificando sua capacidade técnica, financeira e jurídica para a execução do contrato.
6. Realizar uma avaliação criteriosa das propostas apresentadas pelas empresas concorrentes, levando em consideração não apenas o preço, mas também a qualidade dos serviços oferecidos.
7. Realizar a devida publicação do edital de licitação, garantindo a transparência e a competitividade do processo de contratação.
8. Após a seleção da empresa vencedora, formalizar o contrato de prestação de serviços, estabelecendo claramente as obrigações de ambas as partes e os mecanismos de fiscalização e acompanhamento da execução do contrato.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação do serviço de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação é de extrema importância para garantir a qualidade e a eficiência das obras e serviços realizados na área da educação. A Lei 14.133 de licitações estabelece as diretrizes para a contratação de serviços públicos, garantindo a transparência, a competitividade e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

A contratação desse objeto atende aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos na referida lei. A realização de um processo licitatório para a contratação dos serviços de engenharia e fiscalização garante a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, levando em consideração critérios técnicos, econômicos e sociais.

Além disso, a contratação de serviços de engenharia e fiscalização contribui para a melhoria da infraestrutura das escolas municipais, garantindo um ambiente adequado para o desenvolvimento educacional dos alunos. A



fiscalização dos serviços realizados também é fundamental para garantir a qualidade e a conformidade das obras, evitando possíveis irregularidades e prejuízos aos cofres públicos.

Portanto, a contratação do serviço de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação é viável e necessária para garantir a eficiência na aplicação dos recursos públicos, a qualidade das obras e serviços realizados e o cumprimento da legislação vigente. A realização de um processo licitatório transparente e competitivo é fundamental para assegurar a seleção da melhor proposta e a prestação de um serviço de qualidade à comunidade escolar.

16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Após análise detalhada do objeto de contratação pública referente ao contrato de prestação de serviços de engenharia e fiscalização junto ao Fundo Municipal de Educação, concluímos que a contratação é adequada para o atendimento da necessidade a que se destina. A presença de profissionais especializados em engenharia e fiscalização garantirá a qualidade e segurança das obras e serviços realizados no âmbito educacional, contribuindo para a melhoria da infraestrutura das escolas e, conseqüentemente, para a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Além disso, a contratação de serviços de engenharia e fiscalização é fundamental para garantir a correta aplicação dos recursos públicos destinados à educação, evitando desperdícios e possíveis irregularidades. A presença de profissionais capacitados para acompanhar e fiscalizar as obras e serviços realizados pelo Fundo Municipal de Educação é essencial para assegurar a transparência e eficiência na gestão dos recursos públicos, promovendo uma maior accountability e prestação de contas à sociedade.

Portanto, considerando a importância da adequada execução das obras e serviços no âmbito educacional, bem como a necessidade de garantir a correta aplicação dos recursos públicos, concluímos que a contratação dos serviços de engenharia e fiscalização é essencial para o atendimento da necessidade a que se destina, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação oferecida à população.

Arneiroz-CE, 23 de Junho de 2025.


Jose Gomes Nogueira da Silva
Responsável Pela Demanda

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ
<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmarneiroz/etp>
CHAVE: eb2538078fc0e47beef6c4bd5188c471





PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

2- DA ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT	VL. GLOBAL
1	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARNEIROZ/CE	SERV	1	R\$ 72.459,39

Os serviços compreendem os projetos devidamente detalhados, especificados e orçados, tendo como base, em alguns casos, o estudo preliminar, quando elaborado pela equipe técnica da prefeitura ou projetos Padrão do Governo Federal, Estadual ou Municipal, e noutros casos, o programa de necessidades e especificidades da obra e as condições locais do terreno, quando incluir a elaboração dos projetos desde os estudos preliminares e deverão conter todas as condições abaixo indicadas.

MEMORIAL DESCRITIVO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS DE FISCALIZAÇÃO E APOIO

Contrato de Prestação de Serviços Técnicos de Fiscalização e Apoio às Obras Públicas do Município

Período: 6 meses

Valor total: R\$ 72.459,39 (com BDI)

3. OBJETO

O presente memorial tem por objetivo descrever os serviços técnicos especializados que serão executados pela empresa DL ENGENHARIA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA, no âmbito da fiscalização, acompanhamento técnico e apoio administrativo às obras públicas do município contratante, conforme descrito no orçamento detalhado.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS POR ITEM

4.1 – Engenheiro Civil de Obra Júnior (Horista)

Código SINAPI: 00002706

Quantidade: 180 horas

Valor unitário: R\$ 112,70/hora

Valor total: R\$ 20.286,00

Atividades previstas:

- Fiscalização in loco da execução das obras;



- Conferência dos serviços executados com os projetos e cronogramas;
- Orientação técnica às equipes de campo;
- Elaboração de pareceres técnicos e registros fotográficos;
- Controle de qualidade dos serviços e materiais aplicados.

4.2 – Administração e Controle – Visita Técnica do Engenheiro

Código DEOSP: 01.01.04

Quantidade: 6 meses

Valor unitário: R\$ 1.824,91/mês

Valor total: R\$ 10.949,46

Atividades previstas:

- Agendamento e registro de visitas técnicas;
- Controle e registro das atividades de campo;
- Emissão de relatórios de visita;
- Supervisão administrativa das ações de fiscalização;
- Interface com os setores de obras da Prefeitura.

4.3 – Auxiliar Técnico / Assistente de Engenharia com Encargos Complementares

Código SINAPI: 101390

Quantidade: 6 meses

Valor unitário: R\$ 5.134,50/mês

Valor total: R\$ 30.807,00

Atividades previstas:

- Apoio técnico ao engenheiro fiscal;
- Organização e arquivamento de documentos técnicos;
- Elaboração de planilhas de medição e relatórios auxiliares;
- Apoio na coleta de dados em campo;
- Apoio ao preenchimento de checklists de verificação;
- Participação em reuniões técnicas.

Composição dos encargos incluídos (SINAPI):

- EPI, ferramentas, exames ocupacionais, seguro e capacitação técnica;
- Percentuais conforme descrito no orçamento (FGTS, INSS, SESI, etc.);
- Itens como:
 - EPI: R\$ 146,00/mês
 - Exames: R\$ 270,51/mês
 - Ferramentas: R\$ 2,35/mês
 - Seguro: R\$ 15,46/mês
 - Capacitação: R\$ 29,24/mês

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CUSTO

O orçamento foi baseado em composições de preços extraídas diretamente das tabelas oficiais:



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente. Construindo o Futuro.



- SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil)
- DEOSP (Departamento de Edificações e Obras Públicas – CE)

Inclui:

- Mão de obra especializada (engenheiro e auxiliar);
- Encargos sociais conforme tabela vigente;
- Apoio logístico e técnico;
- Despesas administrativas indiretas;
- Aplicação de BDI (R\$ 10.416,93) que cobre impostos, taxas, lucro e despesas indiretas.

6. FORMA DE EXECUÇÃO

- A empresa executará os serviços com equipe própria;
- O engenheiro responsável estará registrado no CREA e responderá tecnicamente;
- As atividades serão distribuídas em cronograma mensal com prestação de contas (relatórios e medições);
- A fiscalização será realizada semanalmente ou conforme solicitação da contratante.

7. CONDIÇÕES GERAIS

- A empresa manterá registros das atividades, com fotos, atas e formulários;
- Os serviços seguirão as normas da ABNT, CREA, SINAPI e diretrizes da SEINFRA/DEOSP;
- Qualquer intercorrência será imediatamente comunicada ao contratante com sugestão de medidas corretivas.

3- JUSTIFICATIVA

Para elaboração dos projetos e estudos técnicos requer-se conhecimento especializado na matéria inerente a essas atividades com vistas à contratação e a execução das obras necessárias para adequação especial requerida.

Esta Prefeitura não dispõe em seu quadro funcional de profissionais da área de arquitetura/engenharia suficientes que possam atender a demanda municipal para desenvolver os estudos e projetos necessários, tornando-se imprescindível a contratação de empresa especializada com comprovada experiência em projetos com dimensão e complexidade semelhantes ao requerido no presente Termo de Referência.

A Prefeitura Municipal de Arneiroz, diante da motivação da rescisão contratual com a empresa que prestava os serviços de elaboração dos Projetos Básicos, ou seja o mesmo objeto deste processo, e sabendo que a grande demanda de obras e serviços de engenharia e também de alocações de recursos, necessita de projetos técnicos executivos para que tudo possa se efetivar, para tanto, é necessário que o Município disponha de equipe técnica qualificada nas diversas áreas, como engenharia, topografia, geologia, entre outros.

O atual quadro técnico da Prefeitura Municipal, em função da demanda de projetos, recursos, convênios e outras várias atividades desenvolvidas, não suporta tamanha quantidade de serviços e também não permite que os mesmos se dediquem ao desempenho das atividades supracitadas



com exclusividade, ocasionando sérios e grandes prejuízos ao Município em razão da não atendimento da demanda com o prazo e a qualidade que se espera e necessita.

A verdade é que a Prefeitura Municipal, com a estrutura funcional disponível, bem como pela complexidade dos serviços técnicos, não possui tempo e condições de executarem a elaboração dos estudos supracitados. Assim, com o intuito de obter serviço de elaboração de trabalhos técnicos voltados para a elaboração de projetos, nas diversas áreas da engenharia e arquitetura, com corpo técnico e comprovada qualificação nas atividades pretendidas, propõe a contratação de empresa que disponha de equipe capacitada e especializada, para tal finalidade.

Baseados nesses fatores é que justificamos a necessidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura para elaboração de projetos nas diversas áreas da engenharia e outras atividades correlatas, com comprovada qualificação nas atividades pretendidas, composta por equipes multidisciplinar capacitada e especializada para tal desiderato.

Importante ressaltar que os serviços serão realizados junto a Prefeitura Municipal, procedendo as visitas in loco, em locais definidos pelo próprio Município, através de Ordem de Serviço, onde houver a necessidade de implantação de empreendimentos.

Os projetos Básicos serão executados nas diversas áreas da Engenharia e Arquitetura, tais quais Obras em Edificações, Obras de Pavimentação, Obras Hídricas e demais obras de acordo com a Demanda do Município.

4- DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1- O objeto da contratação tem a natureza de serviço de engenharia, uma vez que os toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, nos termos do inciso XXI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

4.2- Devido aos valores da contratação, o objeto poderá ser contratado mediante dispensa de licitação com fundamento no artigo 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021.

4.3- O prazo de vigência da contratação produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e será até **31 de Dezembro de 2025**.

5- SUBCONTRATAÇÃO

5.1- Não será admitida a subcontratação do objeto.

6- DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1- O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



- 6.2- Em caso de impedimento, ordem de paralisa o ou suspensão do contrato, a execu o prorroga automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3- As comunica es entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletr nica para esse fim.
- 6.4- A FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇAO de Arneiroz/CE, poderá convocar representante da empresa para ado o de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5- A execu o do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n  14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.6- O fiscal do contrato acompanhar  a execu o do contrato, para que sejam cumpridas todas as condi es estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para está Secretaria Municipal.
- 6.6.1- O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas   execu o do mesmo, com a descri o do que for necessário para a regulariza o das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.6.2- Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notifica es para a corre o da execu o do contrato, determinando prazo para o feito.
- 6.6.3- O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situa o que demandar decisão ou ado o de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.6.4- No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execu o do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.7- O gestor do contrato acompanhar  os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas   execu o do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso,   autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.
- 6.8- O fiscal do contrato verificar  a manuten o das condi es de habilita o da contratada, acompanhar  o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formaliza o de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.8.1- Caso ocorram descumprimento das obriga es contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na soluço do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.9- O gestor do contrato coordenar  a atualiza o do processo de acompanhamento e fiscaliza o do contrato, contendo todos os registros formais da execu o no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das altera es e das prorroga es contratuais, elaborando relatório com vistas   verifica o da necessidade de adequa es do contrato para fins de atendimento da finalidade da administra o.
- 6.9.1- O gestor do contrato acompanhar  a manuten o das condi es de habilita o da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquida o e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.9.2- O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avalia o realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obriga es assumidas pela contratada, com men o ao seu desempenho na execu o contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obriga es.



6.9.3- O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10- O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11- A contratada deverá manter preposto aceito pela FUNDO MUNICIPAL EDUCAÇÃO de Arneiroz/CE, para representá-la na execução do contrato.

6.11.1- A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7- REJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8- Fica assegurado às partes o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que, por motivos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, ocorrerem fatos supervenientes que tornem a execução contratual excessivamente onerosa para qualquer uma das partes, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.9- O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado por qualquer uma das partes, mediante requerimento formal, acompanhado de documentação comprobatória dos impactos financeiros sofridos e das justificativas para o restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato.

7.10- A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para avaliar e responder ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, podendo solicitar a realização de perícia técnica ou auditoria para subsidiar sua decisão.



7.11- O reequilíbrio econômico-financeiro poderá resultar na alteração dos valores contratuais, nas condições de pagamento, nos prazos de execução ou em outras cláusulas contratuais, conforme acordado entre as partes, com a devida formalização por meio de termo aditivo.

8- DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS E DA SUPERVISÃO E ROTINA DOS SERVIÇOS

8.1- Todos os documentos mencionados neste Projeto Básico deverão ser entregues em 02 (duas) vias originais em meio impresso e eletrônico, gravado em CD ou DVD identificando (no corpo da mídia e na capa) o conteúdo da mídia.

8.2- Os textos deverão ser entregues no formato Microsoft WORD, as planilhas no Microsoft EXCEL e os desenhos no AUTOCAD. Além desses formatos originais, deverão ser apresentados os arquivos para impressão (textos e tabelas e desenhos em formato PDF), de modo que a CONTRATANTE possa reproduzir cópias idênticas da versão impressa entregue.

8.3- Todos os desenhos deverão seguir as normas técnicas elaboração de projetos, devendo ser representadas em escalas compatíveis com o uso a que se destinam e que permitam a perfeita visualização e interpretação das informações apresentadas.

8.4- Os estudos e projetos deverão ser apresentados em formato compatível com a adequada visualização das informações e cópias em papel, além de memorial descritivo registrando as suas principais características pertinentes à distribuição das áreas, a referência ao conjunto de normas aplicadas, conforme considerações descritas neste Termo de Referência.

8.5- O Projeto Básico deverá ser entregue em 2 (duas) cópias impressas, tamanho A4, encadernadas. As cópias impressas deverão estar com todas suas páginas e desenhos assinados e/ou rubricados por seus respectivos responsáveis técnicos.

8.6- A Contratada deverá dispor durante o período de execução dos serviços objeto da licitação, de equipe especializada e qualificada para execução de cada etapa dos serviços.

8.7- A equipe especializada e qualificada deverá ser supervisionada permanentemente, por Engenheiros devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, devendo os mesmos ser componentes do quadro técnico da empresa.

8.8- A Contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, a cujas reclamações se obrigam a atender prontamente.

8.9- Todos os serviços deverão ser realizados sem que haja interrupção das atividades da CONTRATANTE. Devendo-se ainda, minimizar ao máximo, perturbações de todas as formas que causem dificuldades internas aos serviços.

Todas as dúvidas deverão ser dirimidas junto à CONTRATANTE, tanto na fase de levantamento como na fase de execução dos mesmos.

09- CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

09.1- Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

09.2- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



09.3- Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

09.3.1- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

09.4- O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

10- ORIGEM DOS RECURSOS

10.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, Estadual e/ou Federal, sob amparo da(s) **Dotação(ões) orçamentária(s) n° 12.361.0231.2.008.0000 e Elemento(s) de Despesa(s) n° 3.3.90.39.00**

11- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1- Nos termos do art. 117, da Lei n° 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n° 14.133, de 2021.

11.3- O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo edital/termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.2- Manter o fornecimento com todos os requisitos necessários ao cumprimento das especificações solicitadas e de acordo com as normas vigentes;

12.3- Fornecer número telefônico para contato, para registrar ocorrências sobre a qualidade dos serviços ofertados;

12.4- Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente sobre as entregas;

12.5- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 12.6- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.7- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 12.8- A contratante deverá comunicar a contratada as possíveis irregularidades detectadas na entrega dos serviços ora contratados.
- 12.9- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 12.10- Comunicar antecipadamente a data e horário da realização da prestação dos serviços, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- 12.11- Fornecer todos os materiais e mão-de-obra necessária e indispensável à completa e perfeita elaboração dos Projetos;
- 12.12- Realizar os projetos no prazo estipulado, observadas as normas técnicas vigentes e o disposto no presente Termo de Referência;
- 12.13- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para CONTRATANTE;
- 12.14- Utilizar, de sua propriedade, todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos projetos;
- 12.15- Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, defeitos ou incorreções resultantes da elaboração dos Projetos;
- 12.16- Fornecer as ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA dos projetos apresentados;
- 12.17- Respeitar as normas e procedimentos de controle e de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- 12.18- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATANTE;
- 12.19- Apresentar Proposta de Preços de acordo com o objeto a que se refere este Termo de Referência;
- 12.20- Manter as condições de habilitação necessárias, durante toda a vigência do Contrato, nos termos da Lei 14.133/21;
- 12.21- Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante a execução do Contrato;
- 12.22- É responsabilidade da Contratada, a boa execução e a eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o estabelecido pela legislação municipal, código de defesa do consumidor, código civil e as determinações do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), devendo atender além dos encargos contidos nas cláusulas contratual, edital de licitação e no presente Termo de Referência.

13- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência e os termos de sua proposta;



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



- 13.2- Exercer o acompanhamento e a fiscalização da contratação, por servidor especificamente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 13.3- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 13.4- Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 13.5- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação vigente;
- 13.6- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 13.6.1- Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 13.6.2- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 13.6.3- Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 13.7- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento da prestação dos serviços objeto do contrato;
- 13.8- Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 13.9- Orientar, por meio de reuniões previamente agendadas, a execução dos serviços;

14- PAGAMENTO

- 14.1- O pagamento dos serviços será efetuado em moeda corrente nacional, por meio de emissão de Ordem Bancária, para crédito em conta corrente da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após apresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) pela Administração, na forma e prazo estabelecido neste Termo de Referência.
- 14.2- O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados.
- 14.3- Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 14.4- Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 14.5- Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao Cadastro de Fornecedores para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no aviso das condições gerais de contratação direta.



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente. Construindo o Futuro.



14.6- Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada a sua regularização, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.7- Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.8- Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.9- Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao Cadastro de Fornecedores.

14.10- A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14.11- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) (6 / 100) / 365$ = 0,00016438

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

15- CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

15.1- A empresa CONTRATADA deverá garantir, no que couber, o descarte correto e seguro de todos os insumos/itens que forem removidos em manutenções, adotando práticas de sustentabilidade ambiental na execução do objeto.

15.2- A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988.

15.3- A empresa contratada deverá adotar medidas a orientar seus empregados para adotarem condutas e técnicas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas e respeitadas as normas ambientais vigentes.

15.4- É dever da contratada, observar entre outras: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de



empregos, preferencialmente com mão de obra local; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos serviços.

16- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1- Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

16.1.1- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

16.1.2- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

16.1.3- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

16.1.4- fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

16.1.5- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

16.1.6- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

16.1.7- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

16.2- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

16.2.1- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de Contratações durante o certame;

16.2.2- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.2.2.1- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.2.2.2- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.2.2.3- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

16.2.2.4- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

16.2.3- não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.4- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.2.5- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/dispensa;

16.2.6- fraudar a licitação/dispensa;

16.2.7- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.2.7.1- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.2.7.2- induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.2.7.3- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e/ou

16.2.7.4- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



16.3. Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do termo de referência, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no termo de referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

OCORRÊNCIA	PENALIDADE
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) mês a 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 1 (um) ano e 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.



k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

16.4- Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 17.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.5- PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

16.5.1- Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pelo(a) Agente de Contratações ou por qualquer outro servidor o qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica do Departamento de Gestão de Licitações para a devida apuração.

16.5.2- As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

16.6- Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada nesta Dispensa, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

16.7- A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Arneiroz/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

16.8- Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

16.9- A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

16.10- O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar em rescisão contratual.

16.11- Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência do contrato.

16.12- A multa, calculada na forma do Anexo I - termo de referência, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada



ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

16.13- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.14- Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

16.15- O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

16.16- A aplicação das sanções previstas neste edital/dispensa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.17- A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.18- Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

16.19- Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

16.20- A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

16.21- Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo de Referência, ou Termo Contratual, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

16.22- Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

16.23- No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Secretaria de Finanças para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

16.24- Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

Jose Gomes Nogueira da Silva
Ordenador(a) de Despesas



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



ANEXO ÚNICO AO TERMO DE REFERÊNCIA

1. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO:

1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 1.2.1 - Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 1.2.2 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2.3 - Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/ptbr/empreendedor/>;
- 1.2.4 - Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.2.5 - Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
- 1.2.6 - Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.2.7 - Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 1.2.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.3 - HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- 1.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 1.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 1.3.3 - Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFS) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 1.3.4 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);



1.3.5 - Prova de inexistência de **débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

1.3.6 - Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

1.3.7 - Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

1.3.8 - Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

1.4 - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.4.1 - Certidão negativa de feitos sobre **falência** expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade;

1.4.1.1 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

1.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.5.1 - Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro conselho competente, conforme o caso, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região da sede ou domicílio da licitante, em plena validade.

1.5.2 - Comprovação da PROPONENTE possuir como **RESPONSÁVEL TÉCNICO** ou em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, profissional(is) de nível superior, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou outro conselho competente, conforme o caso, detentor(es) de **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO** que comprove a execução de obras/serviços de engenharia de características técnicas similares ou superiores às do objeto da presente licitação.

1.5.2.1- Comprovação da PROPONENTE possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos, no mínimo, **01 (um) Engenheiro(a) Civil**, devidamente inscritos Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), ou outro conselho competente, que deverá ser comprovada através de Registro ou inscrição emitidas pelas referidas instituições.

1.5.2.2- O vínculo do responsável técnico - **Engenheiro Civil** - com a empresa, poderá ser comprovado do seguinte modo:

- O empregado, comprovando-se o vínculo empregatício através de cópia da "ficha ou livro de registro do empregado" ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS;
- Comprovação da participação societária, no caso de sócio, através de cópia do Contrato Social;
- Será admitida a comprovação do vínculo profissional por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum;



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



d) Será admitida declaração de compromisso de vinculação contratual futura com o detentor da atestação apresentada, para o caso de o licitante se sagrar vencedor, desde que acompanhada da anuência do profissional (Acórdão TCU N° 1447/2015-Plenário).

1.6 - OUTRAS EXIGÊNCIAS

1.6.1 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;

1.6.2 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;

1.6.3 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;

1.6.4 - Declaração da Licitante em papel timbrado e assinado pelo representante legal, informando que atendem aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei. Em papel da própria empresa, contendo o carimbo ou impresso identificador do CNPJ/MF da firma proponente, assinadas por pessoa legalmente habilitada e que seja possível, identificar quem assinou;



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



JUSTIFICATIVA PARA NÃO ELABORAÇÃO DE PESQUISAS DE PREÇOS ADICIONAIS

Em conformidade com o disposto no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratações cujo valor esteja dentro dos limites estabelecidos para contratações diretas, este processo será conduzido sem a necessidade de pesquisa de preços adicionais.

A elaboração do orçamento base desta contratação utilizou como referência a Tabela SINAPI, SEINFRA e ORSE, que é amplamente reconhecida e utilizada como parâmetro oficial para precificação de obras e serviços no âmbito da administração pública. Tal tabela já reflete valores de mercado, garantindo assim a adequação do custo aos padrões praticados, bem como a economicidade necessária à gestão dos recursos públicos.

Diante da confiabilidade, abrangência e atualização regular da Tabela SINAPI, SEINFRA e ORSE, considera-se que ela atende aos requisitos legais de comprovação de preço de mercado, conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que prioriza a utilização de fontes oficiais e reconhecidas para a construção do orçamento estimativo. Dessa forma, a apresentação de pesquisa de preços adicional torna-se dispensável, uma vez que o orçamento já se encontra amplamente embasado.

Ainda, considerando a natureza e a urgência da contratação, bem como a necessidade de celeridade na execução das atividades, o uso exclusivo da Tabela SINAPI, SEINFRA e ORSE atende aos princípios da eficiência e economicidade, conforme previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, garantindo assim a correta alocação dos recursos públicos sem comprometer a qualidade dos serviços ou obras contratados.

Portanto, com base na confiabilidade da Tabela SINAPI, SEINFRA e ORSE e no disposto no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a dispensa de licitação sem a necessidade de pesquisas adicionais de preços.

Esse argumento reforça a legalidade e a economia do processo, assegurando que a tabela oficial é suficiente para garantir a boa gestão dos recursos.

Arneiroz/CE, -- de ----- de ----



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente. Construindo o Futuro.



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Local e Data

À

Comissão de Contratação

Prefeitura Municipal de Arneiroz/CE

Ref.: **Dispensa de Licitação nº 2025.07.01.01**

Apresentamos a V. Sas., nossa proposta para o objeto da Contratação Direta de **Dispensa de Licitação nº 2025.07.01.01**, cujo objeto é a **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme projeto em anexo, parte integrante deste processo, pelo preço global de R\$ _____ (_____), com prazo de execução de 60 (sessenta) dias.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr(a). _____, portador(a) da carteira de Identidade nº. _____ e CPF nº _____, como representante legal desta empresa.

Informamos que o prazo de validade da nossa proposta é de **60 (sessenta) dias** corridos, a contar da data da abertura da licitação.

Finalizando, declaramos que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços objeto deste Edital e que serão executados conforme exigência editalícia e contratual, e que serão iniciados dentro do prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço.

OBSERVAÇÕES:

- O proponente declara que tem o pleno conhecimento, aceitação e cumprirá todas as obrigações contidas no anexo I - Projeto Básico das Condições Gerais de Contratação Direta.
- Independente de declaração expressa, fica subentendida que no valor proposto estão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento, inclusive as relacionadas com:
 - Encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e outros;
 - Tributos, taxas e tarifas, emolumentos, licenças, alvarás, multas e/ou qualquer infrações;
 - Seguros em geral, da infortunística e de responsabilidade civil para quaisquer danos e prejuízos causados à Contratante e/ou a terceiros, gerados direta ou indiretamente pelo fornecimento.
- Anexar planilhas, composições de preços e demais informações exigidas no edital.

Proponente:

Cnpj nº:

Endereço:



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



Nome do Representante Legal:

Cpf nº:

Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____).

Validade da Proposta: _____ (_____) dias.

Atenciosamente,

(Nome do Representante Legal)

Cpf: _____

Carimbo e Assinatura do Proponente



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2025.07.01.01

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal, o Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA** que:

a) A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;

b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal;

c) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

d) Atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

Cidade/UF, ___ de _____ de 20__

Nome do Representante Legal

Cpf _____



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO N° _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ARNEIROZ/CE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM A EMPRESA _____, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

A Prefeitura Municipal de Arneiroz/CE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Joaquim Felipe, nº 15, Bairro Centro, Cidade Arneiroz/CE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.748.297/0001-54, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador(a) de Despesas, o(a) Sr(a) _____, doravante denominada de **CONTRATANTE** e, do outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____/UF, representada por seu representante legal, o(a)Sr(a) _____, portador do CPF nº _____, ao fim assinado, doravante denominada de **CONTRATADA**, de acordo com o Processo de **Dispensa de Licitação nº 2025.07.01.01**, em conformidade com o que preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- Processo de **Dispensa de Licitação nº 2025.07.01.01**, de acordo com o art. 75, Inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, alterada pelo Decreto Federal nº 12.343/2024, em harmonia com as instruções previstas no art. 72 deste mesmo diploma legal, devidamente autorizada pelo(a) Ordenador(a) de Despesas da Fundo Municipal de Educação, acima indicado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto é a **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA ENGENHARIA E FISCALIZAÇÃO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1- A **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (_____).

3.2- São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 3.2.1. O Termo de Referência/Projeto Básico que embasou a contratação;
- 3.2.2. Autorização de Contratação Direta;
- 3.2.3. A Proposta do Contratado;
- 3.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

3.3- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



fiscais, taxa de administração, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato de contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o termo de referência e os termos de sua proposta;
- 4.2- Exercer o acompanhamento e a fiscalização da contratação, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 4.3- Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da prestação dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 4.4- Pagar à Contratada o valor resultante do fornecimento, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 4.5- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com a legislação vigente;
- 4.6- Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
 - 4.6.1- Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 4.6.2- Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 4.6.3- Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 4.7- Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento da prestação dos serviços objeto do contrato;
- 4.8- Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 4.9- Orientar, por meio de reuniões previamente agendadas, a execução dos serviços;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1- A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no termo edital/termo de referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 5.2- Manter o fornecimento com todos os requisitos necessários ao cumprimento das especificações solicitadas e de acordo com as normas vigentes;
- 5.3- Fornecer número telefônico para contato, para registrar ocorrências sobre a qualidade dos serviços ofertados;
- 5.4- Responsabilizar-se por todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente sobre as entregas;
- 5.5- Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



- 5.6- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.7- Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 5.8- A contratante deverá comunicar a contratada as possíveis irregularidades detectadas na entrega dos serviços ora contratados.
- 5.9- Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.
- 5.10- Comunicar antecipadamente a data e horário da realização da prestação dos serviços, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- 5.11- Fornecer todos os materiais e mão-de-obra necessária e indispensável à completa e perfeita elaboração dos Projetos;
- 5.12- Realizar os projetos no prazo estipulado, observadas as normas técnicas vigentes e o disposto no presente Termo de Referência;
- 5.13- Responsabilizar-se por todas as despesas diretas e indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para CONTRATANTE;
- 5.14- Utilizar, de sua propriedade, todas as ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários à execução dos projetos;
- 5.15- Corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, defeitos ou incorreções resultantes da elaboração dos Projetos;
- 5.16- Fornecer as ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA dos projetos apresentados;
- 5.17- Respeitar as normas e procedimentos de controle e de acesso às dependências da CONTRATANTE;
- 5.18- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pela CONTRATANTE;
- 5.19- Apresentar Proposta de Preços de acordo com o objeto a que se refere este Termo de Referência;
- 5.20- Manter as condições de habilitação necessárias, durante toda a vigência do Contrato, nos termos da Lei 14.133/21;
- 5.21- Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada durante a execução do Contrato;
- 5.22- É responsabilidade da Contratada, a boa execução e a eficiência dos serviços que efetuar, de acordo com o estabelecido pela legislação municipal, código de defesa do consumidor, código civil e as determinações do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), devendo atender além dos encargos contidos nas cláusulas contratual, edital de licitação e no presente Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1- O prazo de vigência da contratação produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir data de sua assinatura e será até **31 de Dezembro de 2025**.



6.2- O objeto do contrato será recebido pelo liquidante na respectiva unidade contratante, de acordo com o Termo de Referência/Projeto Básico.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1- O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência, anexo I das Condições Gerais de Contratação Direta, **Dispensa de Licitação nº 2025.07.01.01**

CLÁUSULA OITAVA – DA FONTE DE RECURSOS

8.1- As despesas decorrentes da contratação correrão por conta, dos recursos oriundos do Tesouro Municipal, Estadual e/ou Federal, sob amparo da(s) **Dotação(ões) Orçamentária(s) nº _____ e Elemento(s) de Despesa(s) nº _____**

CLÁUSULA NONA – DO REJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

9.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3- Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4- No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5- Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6- Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7- Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8- Fica assegurado às partes o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, sempre que, por motivos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, ocorrerem fatos supervenientes que tornem a execução contratual excessivamente onerosa para qualquer uma das partes, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

9.9- O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser solicitado por qualquer uma das partes, mediante requerimento formal, acompanhado de documentação comprobatória dos impactos financeiros sofridos e das justificativas para o restabelecimento da equação econômico-financeira do contrato.

9.10- A Administração terá o prazo de 60 (sessenta) dias para avaliar e responder ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, podendo solicitar a realização de perícia técnica ou auditoria para subsidiar sua decisão.



9.11- O reequilíbrio econômico-financeiro poderá resultar na alteração dos valores contratuais, nas condições de pagamento, nos prazos de execução ou em outras cláusulas contratuais, conforme acordado entre as partes, com a devida formalização por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1- A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

10.2- Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

10.3- Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

11.1- Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1- Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei nº 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

12.1.1- frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

12.1.2- impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

12.1.3- afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

12.1.4- fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

12.1.5- criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

12.1.6- obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

12.1.7- manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

12.2- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.2.1- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Agente de Contratações durante o certame;

12.2.2- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.2.2.1- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.2.2.2- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.2.2.3- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.2.2.4- apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;



- 12.2.3- não celebrar contrato ou não entregar a documentação exigida para a assinatura de tais instrumentos, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 12.2.4- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.2.5- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/dispensa;
- 12.2.6- fraudar a licitação/dispensa;
- 12.2.7- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.2.7.1- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.2.7.2- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.2.7.3- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e/ou
- 12.2.7.4- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 12.3- Nos termos dos arts. 155, 156 e 162 da Lei 14.133/2021 e das disposições constantes do termo de referência, após regular Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, serão apenadas de acordo com a seguinte dosimetria, sem prejuízo das multas eventualmente previstas no termo de referência e das demais penalidades legais, assegurado a prévia e ampla defesa:

OCORRÊNCIA	PENALIDADE
a) Dar causa a inexecução parcial do objeto.	Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
b) Dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
c) Dar causa à inexecução total do objeto.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) ano a 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
d) Deixar de entregar documentação exigida para o certame.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 1 (um) mês a 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União pelo período de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
g) Ensejar o retardamento da execução do	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da



objeto ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.	União pelo período de 3 (três) meses a 6 (seis) meses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do objeto.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.
l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo período de 3 (três) a 6 (seis) anos.

12.4- Nas condutas previstas nas letras "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 12.3, quando justificada a imposição de penalidade mais grave, será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.5- PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

12.5.1- Para todo ato inconveniente ou ilícito que tenha indício de causar dano ou prejuízo a Administração Pública ou ao erário deverá inaugurar um procedimento administrativo de apuração dos fatos. Os casos ocorridos durante os procedimentos de contratação serão comunicados oficialmente e formalmente pelo(a) Agente de Contratações ou por qualquer outro servidor o qual presencie o cometimento do ato, o qual devem ser reportados à Assessoria Jurídica do Departamento de Gestão de Licitações para a devida apuração.

12.5.2- As penalidades somente deixarão de ser aplicadas mediante comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação e/ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

12.6- Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à proponente, em decorrência de conduta vedada nesta Dispensa, as comunicações à proponente serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") declarado ou apresentado nos documentos do processo.

12.7- A proponente deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento das mensagens provenientes do município de Arneiroz/CE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este



meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

12.8- Quando a ação ou omissão ensejar a prática de mais de uma infração, será aplicada a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de 1/3 até metade, justificadamente, em decorrência da gravidade da conduta.

12.9- A penalidade resultante da aplicação do item anterior não poderá ser maior do que as penalidades consideradas cumulativamente.

12.10- O cometimento reiterado de atrasos injustificados dos prazos previstos para a execução do objeto poderá resultar em rescisão contratual.

12.11- Será considerado em estado de reiterado cometimento de atrasos dos prazos o Fornecedor que incorrer no terceiro atraso injustificado, ao longo da vigência do contrato.

12.12- A multa, calculada na forma do Anexo I - termo de referência/projeto básico, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021.

12.13- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.14- Se a garantia contratual exigida for prestada por seguradora, essa será notificada da abertura de processo de apuração de responsabilidade do qual possa resultar na aplicação da penalidade de multa ao Fornecedor.

12.15- O licitante ou o Adjudicatário será notificado para apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Da decisão que aplicar as sanções de advertência, multas e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato.

12.16- A aplicação das sanções previstas neste edital/dispensa não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.17- A aplicação das sanções previstas de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, cumuladas ou não com multa, requererá a instauração de Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 2 (dois) servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o fornecedor para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.18- Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o fornecedor poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.19- Serão indeferidas pela Comissão de PAR, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

12.20- A prescrição da pretensão de aplicação das sanções ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será interrompida e suspensa na forma da Lei.

12.21- Excepcionalmente, desde que justificado pelo gestor do contrato, no Procedimento Administrativo de Apuração de Responsabilidade - PAAR, o município poderá, ad cautelam, efetuar a retenção do valor da multa presumida, em conformidade com o instrumento convocatório, Termo



de Referência, ou Termo Contratual, e instaurar de imediato o procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por descumprimento, que deverá ter tramitação prioritária.

12.22- Todas as penalidades serão registradas, para efeito de publicidade, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no cadastro Consolidado de Pessoa Jurídica do TCU, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e demais sistemas internos, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

12.23- No caso de provimento do recurso ou de reconsideração da decisão, os autos serão remetidos à Tesouraria para devolução ao fornecedor dos valores eventualmente retidos.

12.24- Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões conferidas com o original por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do município, não serem avaliados. Caso o fornecimento de cópias de documentos seja requerido ao município, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Documento de Arrecadação Municipal - DAM.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1- A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos termos do art. 138, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, na forma dos artigos 137 e 138, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

13.2- Em caso de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1- Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3- O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



PREFEITURA DE
ARNEIROZ

Cuidando do Presente, Construindo o Futuro.



CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1- Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nas condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1- Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

16.2- Obrigação da contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo.

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA – DO FORO

17.1- Fica eleito o foro da Comarca de Arneiroz/CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos, conforme art. 92, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Arneiroz/CE, ____ de _____ de 2025

Nome do Ordenador de Despesas
Ordenador de Despesas
Secretaria de Infraestrutura e
Serviços Públicos
CONTRATANTE

Nome do Representante Legal
Cpf:
Nome da Empresa
Cnpj:
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Cpf: _____

Nome: _____ Cpf: _____